

POESIA NA CIDADE: COMO A MEMÓRIA SE INSCREVE NA HISTÓRIA

Carolina Fedatto (Doutoranda, UNICAMP)

carolinafedatto@yahoo.com.br

RESUMO: Os romances *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de Mia Couto (2002), *Istambul*, de Orhan Pamuk (2003), e *Marcovaldo ou As estações na cidade*, de Ítalo Calvino (1963), são tomados como vestígios do trabalho da memória na relação do sujeito com os espaços urbanos. Através de uma análise discursiva do modo como a cidade é contada pelos três personagens em questão, apresento uma reflexão sobre o estatuto da memória e da história na constituição da textualidade urbana.

Palavras-chave: História e memória, Cidade, Texto, Análise de Discurso

Ao espacializar trajetórias e referências, a materialidade urbana põe em circulação uma rede de saberes que significa o sujeito de formas muito específicas, relacionando-o tanto com a necessidade cotidiana de localização frente aos diversos caminhos citadinos quanto com as disputas históricas pela inscrição de sentidos na memória. Recontar essas histórias é fazer falar o político enquanto embate do histórico com o lingüístico, é atribuir à cidade uma função de autoria: no efeito de unidade de *uma* cidade se produz um lugar de onde (se) dizer a (sua) história: isso que aí está enquanto materialidade urbana é resultado da disputa entre diferentes sentidos e de uma resistência silenciosa que se esconde nos detalhes, debaixo de camadas de tinta, sob uma fachada de concreto, atrás de um novo nome ou no vazio da demolição...

Com a textualização de suas construções, as cidades vão configurando seus lugares no imaginário social, vão produzindo uma *ambiência* talhada pelo trabalho da memória, um *lugar encarnado*: que tanto habita o corpo dos sujeitos e dos sentidos quanto se deixa habitar por eles (cf. THIBAUD, 2002). Isto significa dizer que os traçados da cidade não são apenas uma eventual paisagem, eles (se) constroem (n)as práticas da memória, em seu jogo de forças, sob o choque dos acontecimentos. Esse embate absorve determinados sentidos e também deixa brechas para a irrupção de imprevistos. M. Pêcheux salienta a importância de abordarmos “as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 49). Perguntando quem, quando, onde, como, por que e analisando o modo como, pela linguagem, o confronto com a história vai marcando a cidade, vai fazendo história, vai reclamando seus sentidos, podemos problematizar isso que é habitualmente dado como evidência e olhar para as construções urbanas como artefatos simbólicos e políticos que, pela sobre-*posição* de determinados saberes no espaço, intervêm no modo como a cidade projeta posições-sujeito para seus habitantes.

O conceito de ambiência, tal como proposto por Thibaud (2002), faz uma crítica à abstração e à objetividade com que o espaço é tratado em algumas áreas do conhecimento: apenas como uma extensão homogênea, contínua e divisível. Ao olhar para os diferentes modos de estruturação do espaço, colocando a questão do sujeito e do sentido no centro da compreensão dos fenômenos urbanos, estamos considerando que o espaço atua materialmente na formulação das práticas sociais; o espaço enquadra, determina, situa, põe em relação. O autor observa que não podemos jamais estar face a

uma ambiência, contemplando-a, avistando-a. A ambiência, enquanto meio material onde se vive, nos envolve, invade, entorna, suporta a existência. Podemos pensá-la então como um meio que concentra materialmente a memória, como um espaço que, ao se textualizar, deixa pistas de uma autoria da cidade. Acho que essas formulações abrem um caminho para a escuta de uma história que acontece quotidianamente nos trajetos pela cidade, como uma memória a céu aberto, em carne viva, resvalo em tinta fresca.

Refletindo mais especificamente sobre o papel da memória enquanto estruturação da materialidade discursiva, Pêcheux, ao avançar nas elaborações de P. Achard, a define como aquilo que, “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os implícitos de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A questão seria, antes, compreender *como* funcionam esses implícitos e não simplesmente saber quais são; não encontraremos nunca sua forma estável e sedimentada. Seria através de um mecanismo de “regularização” (termo introduzido por Achard), provocando um efeito de série, que a repetição de um acontecimento tomaria a forma “de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”. Isso que se repete reflete o eco da história e é sempre suscetível de “ruir sob o peso de um acontecimento novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A inscrição do acontecimento no espaço da memória se faz na contradição, segundo Pêcheux, entre: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Essa *dupla forma-limite* está presente em toda trajetória da escrita dos sentidos pela cidade. O que ficou das construções urbanas toca sempre num percurso inscrito discursivamente em outro lugar. Parafraseando Pêcheux novamente, podemos pensar que o efeito de repetição e de reconhecimento –

esse trabalho da memória discursiva – faz de um ponto de referência “como que a recitação de um mito” (PÊCHEUX, 1999, p. 51) com seu papel fundador na construção do imaginário. Sob o mesmo dessa recitação, abre-se o jogo da metáfora: “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Mas não há memória no vácuo, não há sentido sem materialidade. É a formulação que faz com que os sentidos se prendam à corporeidade do significante. Essa ligação, embora sendo provisória, intermitente, re(des)fazendo mesmo o sentido a cada acontecimento, vai projetando imaginariamente uma *organização* que pratica um certo modo de significar o mundo, direcionando o gesto de interpretação. Identificar e reconhecer um sentido para aquilo que se apresenta enquanto dito faz parte do trabalho imaginário da textualização. Fazer texto, dar efeito de começo, meio e fim é fazer falhar o ritual da dispersão deixando intervir o que nele há de histórico (de repetível e de irrealizado). Portanto, como discute Orlandi (2001), o texto não é uma unidade disponível, preexistente, espontânea ou natural. O texto é unidade de análise na medida em que, partindo do seu funcionamento específico, podemos ter acesso indireto à discursividade. O deslocamento do documento ao *monumento* (Foucault) faz com que a espessura, a dimensão, a materialidade do texto sejam incontornáveis: não há como atravessá-las. É esse o sentido de texto que gostaria de propor para refletir sobre a memória na cidade. A espacialização da cidade é um processo de textualização. A intervenção de determinadas discursividades na história de uma cidade não deixa de se relacionar com o modo como a sociedade constitui seus espaços de produção de saber. O traçado das cidades é corporificação de sentidos, atualização da memória e, enquanto

texto, se constitui, para o analista, como uma unidade de análise na tensão da *interpretação* com a *descrição* (PÊCHEUX, 1990).

Pensar a *textualidade* como o processo pelo qual a *linguagem toma corpo* significa expor o *corpo da linguagem* às suas formulações, *versões* possíveis em materialidades e condições diversas. A disposição dos pontos de referência na cidade se mostra como *um impossível de unidade* que inaugura novas formas de textualidade, outras relações com o sentido: *dissenso*. Essa minha proposta de trabalho com a *textualidade* das construções urbanas leva necessariamente a considerar a *linearidade* e a *extensão* do significante colocando em relação a materialidade da formulação com a memória, o *desmedido* com a história. Texto enquanto *acontecimento do significante*. (ORLANDI, 2001, p. 92). Essa aparente pontualidade do texto permite ao analista uma entrada na discursividade. O texto é *uma unidade imaginária* onde jogam formulações possíveis, abertas a diferentes gestos de interpretação: “o desvio que habita toda textualização do discurso marca uma relação que não é perfeitamente articulada em relação à discursividade” (ORLANDI, 2001, p. 92). O equívoco se mostra, pois, nessa falha, nessa decalagem entre o *discurso* – inscrição da língua na história – e o *texto* – formulação dessa inscrição.

É assim que a memória produz seus efeitos na cidade: direcionando uma determinada historicidade para os sentidos e para os sujeitos. O arranjo e o funcionamento da estrutura urbana – sua arquitetura, seus escombros, trajetos, trejeitos ao longo do tempo – dispõem no espaço pontos de acesso a diferentes modos de contar a cidade. A memória é, pois, entendida como disponibilização de sentidos, como um arquivo passível de esquecimento, como uma frouxa ancoragem para a filiação do *acontecido*, deixando ainda a acontecer. Não é um reservatório de conteúdos passados,

arquivados. Como diz Pêcheux, é um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. É a marca do real histórico como remissão necessária *ao outro exterior*, marca da contradição como causa do fato de que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Discursivamente desconcentramos história e memória buscando trabalhar suas articulações contraditórias, fundantes na constituição dos efeitos de sentido. Podemos lembrar aqui a importância do reconhecimento do equívoco “como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1990, p. 51). Levar às conseqüências essa equivocidade fundadora é considerar, nos procedimentos de análise, que a língua é capaz de poesia. “Nada da poesia é estranho à língua” (J. Milner). Pêcheux (1999) relembra esse enunciado enfatizando que o deslize, a possibilidade da poesia, está já inscrito no espaço da constituição do dizer.

É refletindo *com* essa poesia da língua que trabalha (n)a memória dos espaços urbanos, nisso que é possível formular a partir do jogo entre a inscrição de um sentido na história e sua desestabilização, que proponho uma entrada na compreensão da textualidade urbana através da circulação das relações entre a cidade e a memória na literatura. O romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, do moçambicano Mia Couto (2002), é construído em torno do regresso de Marianinho à Ilha de Luar-do-Chão. Estrangeiro em sua terra natal após anos ausente em virtude dos estudos na capital, o jovem é designado a comandar a cerimônia fúnebre de seu avô Dito Mariano. O retorno de Marianinho contrapõe a cidade à pequena ilha e os itinerários de suas lembranças conduzem a viagens pela memória do lugar. De outro lado, o livro de Orhan Pamuk (2003), *Istambul*, rememora a vida de um narrador que jamais saiu de sua cidade. Uma vida atrelada a Istambul num vaivém intermitente entre

o auge e o declínio do Império Otomano, a casa de família e a errância nas ruas, a heterogeneidade da cultura local e o olhar restritivo do ocidente, a fala do outro (do irmão, da mãe, do estrangeiro, da cidade) e suas memórias mais íntimas (os devaneios, a pintura, os planos). Duas vozes sobre a cidade e a memória rebentam com o início desses dois romances. E os sentidos de memória aí construídos são também carregados de imprecisão, indecisão, nebulosidade. No enredo dessas narrativas em primeira pessoa, seus protagonistas, tão intrincados à cidade, desenrolam a distância: tomam uma posição forasteira, afastam-se desse dentro: para poder falar de fora, para poder falar de dentro. São as lembranças, *desobedientes entre a vontade de serem nada e o gosto de lhes roubarem do presente* (COUTO, 1992, p.15), que entreabrem o vinco de uma cidade viva, habitada, partida:

Me empoleiro no atrelado do tractor, vou circulando entre caminhos estreitos de areia. *Até há pouco* a vila tinha apenas uma rua. *Chamavam-lhe*, por ironia, a Rua do Meio. *Agora*, outros caminhos de areia solta se abriram, num emaranhado. Mas a vila é *ainda* demasiado rural, falta-lhe a geometria dos espaços arrumados. Lá estão os coqueiros, os corvos, as lentas fogueiras que começam a despontar. As casas de cimento estão em ruína, exaustas de tanto abandono. Não são apenas casas destroçadas: é o próprio tempo desmoronado. *Ainda* vejo numa parede o letreiro já sujo pelo tempo: “A nossa terra será o túmulo do capitalismo.” Na guerra, eu tivera visões que não queria repetir. Como se essas lembranças viessem de uma parte de mim já morta. (COUTO, 2007, p.27 – grifos meus)

O romance de Mia Couto vai temporalizando o (re)velar-se da memória: “até há pouco” e “agora”, o passado neste instante, momentos da vida do personagem e da formação da pequena ilha se entremeiam. A terra natal, rural, agreste é hoje revisitada com olhares urbanos de cidade. O estranhamento desse outro tempo, o regresso de um outro eu “já morto”, decorre da reviravolta que a separação opera na relação de Marianinho (um jovem como tantos outros que deixam sua terra na busca pela cidade)

com o universozinho que o gerou. Aí, as inquietações não são mais oriundas daquele lugar, é já um outro que nota a ruína das construções (lugar de uma possível urbanidade da vila) e a estabilidade da natureza (como um resquício de sua rusticidade). A rememoração divide aquele que lembra, dobrando o remoto no recente, atravessando-o, de súbito, pelos ruídos silenciados de outrora, de um tempo em que a cidade se impôs como medida, reservando a Luar-do-Chão um lugar de passado.

Em turco, temos um tempo verbal específico que nos permite distinguir *o que ouvimos dizer daquilo que vimos com os próprios olhos*; quando relatamos sonhos, contos de fada ou fatos do passado que podemos ter testemunhado, é esse o tempo que usamos. É uma distinção muito útil quando “rememoramos” as nossas primeiras experiências de vida, o berço em que dormíamos, o carrinho de bebê em que éramos empurrados, nossos primeiros passos, tudo da maneira *como nos foi contado* pelos pais, histórias que ouvimos com a mesma atenção arrebatada que poderíamos dar a *um relato brilhante de outra pessoa*. [...] Depois que se gravam em nossos espíritos, *os relatos alheios* sobre o que fizemos passam a contar mais do que as coisas de que nós mesmos nos lembramos. E da mesma forma que ficamos sabendo das nossas vidas por intermédio de *outros*, também deixamos que os *outros* acabem dando forma à *nossa compreensão da cidade em que vivemos*. (PAMUK, 2007, p.16 – grifos meus).

Esse jogo de dualidades cumpre também um papel decisivo em *Istambul*. O *ouvir dizer* é fala de outro sobre determinado episódio; o *ver com os próprios olhos* é palavra nossa sobre o fato que se apresenta. De toda forma, é a interpretação que rege o acesso a tal ou qual realidade, o imaginário intervém sempre na relação simbólica com o mundo, daí a confusão na tentativa de alcançar a origem do dizer: no desejo de penetrar nossas lembranças nos deparamos com a marca do outro. De partida já desconhecemos, sem saber, os limites entre o ausente e o presente, entre o já-dito e o que se está dizendo. A singularidade, o efeito do uno, se deixa ver apenas parcialmente, em pequenos gestos, como vestígios de lembranças da infância em meio a histórias da cidade, ao que foi e ao

que dizemos ter sido. Espaços de referência vão sendo constituídos para guiar o recuo da memória. Mas essa orientação não satura, não esgota o conjunto dos acontecimentos: resta sempre um fragmento que parece fora do lugar, desencaixado, e que leva a uma outra acomodação, diversa daquela que o produziu.

As ruas estão cheias de crianças que voltam da escola. Algumas me olham intensamente. *Reconhecem em mim um estranho*. E é o que sinto. *Como se* a ilha escapasse de mim, canoa desamarrada na corrente do rio. Não fosse a companhia da avó, o que eu faria naquele momento era perder-me por atalhos, *perder-me tanto até estranhar por completo o lugar*. De novo me chegam os sinais de decadência, *como se cada ruína fosse uma ferida dentro de mim*. Custa a ver o tempo falecer assim. *Levassem* o passado para longe, como um cadáver. E *deixassem-no* lá, longe das vistas, esfarelado em poeira. Mas não. A *nostra* ilha está imitando o avô Mariano, morrendo junto a nós, decompondo-se perante o *nosso* desarmado assombro. Ao alcance de uma lágrima ou de um vôo de mosca. (COUTO, 2007, p. 91-92).

Assim como é um outro Marianinho, marcado pela experiência citadina, que repara nas ruínas da vila, é um jovem atravessado pelo intrincado ardil das lembranças que se reconhece na terra e seus atalhos, no rio e suas canoas, nas trilhas que o lugar sulca em suas recordações. O (des)compasso entre o irreconhecível reencontro com a Ilha e os efeitos que ela lhe provocara deixa pistas da complexa relação que o sujeito constrói com sua cidade natal e aponta um funcionamento recursivo dos rumos da memória. Ao mesmo tempo em que o lugarejo parece estranho ao nativo que a ele retorna, a sensação de familiaridade e pertencimento lhe invade, enchendo desapercibidamente a lacuna entre passado e presente. O trabalho da memória vai instaurando uma contradição imprevisível, própria da história: o pertencimento àquela terra ressurgue inesperadamente no momento mesmo em que é repellido, afirma-se pela repetição de um *nós* que implica o narrador no conjunto do qual receava não mais participar. Essa insolúvel contradição é a condição de possibilidade da memória: somos

invadidos por ela sem jamais atingir a garantia de sua veracidade, de sua acontecência, de sua congruência factual; a memória *faz* acontecimento, produz significação para os fatos, inaugura verdades, ainda que provisórias.

Num movimento inverso, Orhan se enraíza às origens, se apega às referências desejando jamais perdê-las de vista:

Quando minha mãe entrava na agência local do *Banco do Comércio*, eu me recusava, sem explicar, a acompanhá-la pelos seis degraus que levavam até a caixa: eram degraus de madeira separados por espaços nos quais eu me convencera de que poderia cair, desaparecendo para sempre. “Por que você não quer entrar?”, perguntava-me a minha mãe, enquanto eu fazia de conta que era uma outra pessoa. Imaginava cenas em que a minha mãe desaparecia: agora eu estava num palácio, agora ao pé de um poço... Quando andávamos distâncias maiores, até Osmanbey ou Harbiye, passando pelo *posto de gasolina Mobil da esquina*, o cavalo alado do anúncio que cobria toda uma lateral de um edifício acabava sendo incorporado a esses sonhos. Havia uma velha senhora grega que cerzia meias e vendia cintos e botões; também vendia “ovos do interior”, que tirava um a um de uma cesta envernizada, como se fossem jóias. (...) Em seguida vinha uma *lojinha de cigarros, jornais e poucos artigos de papelaria* de propriedade de Yakup e Vasil, tão pequena e atulhada que na maioria das vezes desistíamos de comprar qualquer coisa assim que entrávamos. Havia *um café chamado “casa árabe”* (da mesma forma que os árabes na América Latina eram quase sempre chamados de “turcos”, os poucos pretos de Istambul eram conhecidos como “árabes”); seu enorme moedor de café acionado por uma correia começava a trovejar como a máquina de lavar da minha casa, e quando eu me afastava dela o “árabe” sorria indulgente do meu medo. Quando essas lojas foram saindo de moda e começaram a fechar uma a uma para dar passagem a uma fieira de negócios diferentes e mais modernos, o meu irmão e eu começávamos uma brincadeira – menos inspirada pela nostalgia do que para pôr à prova nossas memórias – que funcionava assim: um dos dois dizia “*A loja ao lado da Escola Noturna de Moças*”, e o outro relacionava as encarnações posteriores do estabelecimento: “*a lojinha de doces da mulher grega, um florista, uma loja de bolsas, uma casa de apostas, uma galeria, uma livraria e uma farmácia*”. (PAMUK, 2007, p. 41-42)

Os pontos de referência da cidade ficam atados à história do próprio sujeito. É na cidade que a menção de si encontra corpo para ressoar: a substituição das antigas vendas e armazéns corresponde à transmutação dos costumes, da rotina, dos devaneios. O corpo urbano embarça-se às pueris lembranças do personagem, como um indício de que a cidade marca, fere, mancha, pulsa (n)a memória de seus habitantes. A história de constituição do espaço moderno não escapa às determinações que a cidade impõe. A memória, esse repertório no qual nos constituímos, inventa(ria) sentidos para escorar nossas lembranças: um nosso efeito-leitor diante da cidade. Esse funcionamento aponta para o fato de que a cidade é coluna, pilar, entrave nas relações do sujeito com seus espaços de sustentação, de referência. *Uma praça, uma livraria, um colégio, uma rua, um bairro, um vizinho, a mãe, o irmão, o primeiro dia de aula, a primeira professora, a derradeira namorada.* Antologia a se fazer de lembranças: a cidade textualiza, arquiva, resguarda múltiplas entradas para a reminiscência, mas nem todas podem ser revisitadas. É no confronto cotidiano com a materialidade urbana que a memória retine, reencontra outros caminhos, outras formas de se atualizar. As revoluções tecnológicas da industrialização em massa ecoam de maneiras muito específicas nas diferentes relações que a história estabelece com a memória: podem reinventar lembranças de si, podem se inscrever como um trajeto particular de significação, podem salientar a des-importância que o anonimato da cidade nos imprime... Todas essas possibilidades de reformular a memória em nossa história contêm (abrigam, resguardam) a força da cidade enquanto acontecimento histórico. É nessa relação mais íntima com o corpo de memórias do sujeito que o efeito de memória – construído pela re-formulação das construções urbanas – toma seu sentido fugidio, cotidiano, eficaz em seu efeito de linearidade: “a lojinha de doces da mulher grega, um florista, uma loja

de bolsas, uma casa de apostas, uma galeria, uma livraria e uma farmácia”; sucessivamente, como se a história dessas substituições fosse obra do acaso, não de direcionamentos políticos.

Esses embates com a cidade fazem recordar um outro personagem, arrancado de suas esquecidas origens pelo pulsar da urbanidade. *Marcovaldo*, de Ítalo Calvino (1963). Imerso em concreto e asfalto, mas rodeado de verdolengos, embolorados e risonhos resíduos de natureza, esse operário converge toda a contraditoriedade dos efeitos que a cidade, com sua grandiosidade, produz no curso da história.

Esse Marcovaldo tinha um olho pouco adequado para a vida da cidade: avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção, jamais detinham seu olhar, que parecia perder-se nas areias do deserto. Já uma folha amarelando num ramo, uma pena que se deixasse prender numa telha, não lhe escapavam nunca: não havia mosca no dorso de um cavalo, buraco de cupim numa mesa, casca de figo se desfazendo na calçada que Marcovaldo não observasse e comentasse, descobrindo as mudanças da estação, seus desejos mais íntimos e as misérias de sua existência. (CALVINO, 2007, p. 7)

É, com efeito, a cidade, a vida urbana, que permite a Marcovaldo esses desvios no olhar. Por apresentar-se de uma determinada maneira, como uma típica e exemplar cidade industrial, é que as referências do sujeito urbano podem ressaltar temas imprevistos: o cultivo de cogumelos de calçada – sem se dar conta de que são venenosos; o surrupio de um animal para criação – não atentando para uma possível contaminação desse bicho já urbano; o sonho com férias na montanha – esquecendo-se de que a lida no campo é tão árdua e impiedosa quanto sua rotina operária... Lapsos que o expõem à imperiosa intervenção do modo de vida urbano, determinando suas filiações subjetivas, espaciais, temporais, oníricas. Mas o funcionamento das referências não é de modo algum simplesmente prescritivo: o espaço da cidade carrega e, simultaneamente, deixa transbordar as injunções históricas talhando-as de brechas para novas

significações. Podemos questionar, juntamente com Calvino, se seria a nostalgia, a saudade de um idílico mundo perdido que nos levaria a condenar a cidade industrial. Ao lado dele mais uma vez, responderemos negativamente. “O idílio ‘industrial’ é alvejado tanto quanto o idílio ‘campestre’; não apenas uma ‘volta atrás’ na história é impossível, mas também aquele ‘atrás’ nunca existiu, é uma ilusão. O amor de Marcovaldo pela natureza é aquele que pode nascer apenas num homem da cidade; (...); esse estranho à cidade é o cidadão por excelência.” (CALVINO, 2007, p.141).

Recolhendo as pistas deixadas por Marianinho, Orhan e Marcovaldo, vemos que a cidade funciona como sustentação, enquadramento histórico, materialidade para a memória. A cidade faz história. Não é apenas um cenário, um plano de fundo. É um espaço que se edifica no correr do tempo, vai sendo talhado, gasto pela sobreposição de construções, (di)lapidado no andamento de suas vias, de seus viandantes. Intervém na significação, marca o corpo dos sentidos. O espaço urbano evoca, num mesmo gesto, o contíguo, o imediato, o localizado e o estranho, o externo, o remoto nos colocando de frente com a (im)permanência das memórias materialmente impostas *pela* cidade. Suas construções, seus panoramas, seus contornos inscrevem no hoje um acúmulo, manifesto e velado, de outros quotidianos, alteridades que vacilam na relação, contraditória, da rememoração com a cidade.

Muitos foram os autores que teorizaram a memória, muitas também são suas filiações. Essa heterogeneidade de pontos de vista permite que possamos refletir discursivamente sobre esse conceito, considerando sempre que língua e história aí intervêm. Ecléa Bosi (2006), ao cotejar Bergson e Halbwachs em suas elaborações sobre as funções da memória, nos mostra que o ato de lembrar não é sonho, alento ou fantasia criada pela conservação do passado. Podemos pensá-lo, sobretudo, como

trabalho, como construção que se faz possível pelo confronto significativo sempre-já atravessado, atualizado pelo repertório de sentidos que a memória discursiva disponibiliza. Aí também é que temos acesso à história: vestígios da passagem do tempo, série e narrativa de acontecimentos, historicidade que vêm à tona, superficializando trajetos *já-e-não* percorridos, perpassados, amontoados, arquivados, esquecidos. A cidade – por sua espessura, sua dimensão, seu caráter de monumento – se oferece como um espaço singular para refletirmos sobre os efeitos da memória (e do esquecimento) na história. A história das construções urbanas não é uma simples herança que a atualidade mantém ou arruína, ela é memória histórica, profunda, é efeito da elaboração das formas sociais que as fabricaram segundo as relações de força então dominantes. E o recontar, o rememorar, o reinventar expõem os trajetos urbanos à apreciação das posições-sujeito construídas a partir da textualização de espaços na cidade. Compreender o processo de formação do semblante urbano, seus vincos de pedra, barro e asfalto, as torções de caminhos, direções, fluxos, os desdobramentos que esse emaranhado de técnicas tem sobre o corpo e a carne de seus habitantes, significa colocar a história no giro do cotidiano, e, num movimento simétrico, restituir ao contemporâneo seu curso histórico.

Le Goff (2003) recupera a etimologia da palavra “história” lembrando sua origem no grego antigo *historie*, derivação da raiz indo-européia *wid-*, *weid-*, “ver”. A noção de visão relaciona-se com o conhecimento, o testemunho, a observação, a procura, a investigação, o saber; matrizes de sentido que marcam a complexidade das diferentes concepções de história. Como aponta Paul Veyne (1998), a “história” recobre(-se de) um fundamental equívoco: ciência histórica, acontecimento histórico e narração. Sentidos que convivem, concentrando pontos de vistas, pistas. Percorrendo-as,

enfrentamos a difícil relação entre ciência e saber, memória e história, acontecimento e ausência. Incorporar o sentido de *narrativa* ao fazer histórico, sentido que ao menos resvala (mesmo quando recusado) em qualquer modo de atualização da temporalidade e da memória, significa reconhecer o funcionamento da linguagem (língua, visualidade, sonoridade) na corporificação do passado (sua projeção), do distante (sua recorrência), do ausente (sua constância). Essa prática da/na história é trabalho tanto do historiador que reconta, que remonta um outro tempo quanto da função-autor da cidade, ambos (se) engendram (n)a ordem do possível da história. Narrar, contar, descrever, expor, referir, relatar, mostrar, transmitir, dizer: atos de linguagem, *historiação*. “O próprio de uma história é poder sempre tanto ser quanto não ser uma história.” (RANCIÈRE, 1994, p. 9). A questão não é nem *a* história, nem *uma* história. Em Análise do Discurso, costuma-se dizer que o sentido poderia ser qualquer um, mas não é: há a história. Tal como é possível, tal como seus sentidos se reinscrevem, se reconstróem a partir da memória do dizer. Rancière (1994) toca também num outro ponto fundamental: a necessidade, imposta pela contingente polissemia do nome da história, de não denegarmos esse jogo da homonímia, de transformarmos a disjunção em conjunção: a ciência *e* a história, o que quer dizer: a não-história e a história. A articulação da memória com o acontecimento só pode se dar pela incompletude do relato, isto é, pela falta que estrutura a linguagem e pela falha (equívoco) que movimenta os sentidos. O curso da história, disso que se apresenta como recontável, reconhecível, localizável, reinscreve, reencontra (sem escapar do embate) a contradição. M. de Certeau enfatiza que a memória se mobiliza relativamente ao acontecimento, “ela só se instala num encontro fortuito, no outro” (CERTEAU, 1996, p. 162). Discursivamente, diríamos: encontro fortuito, mas de alguma forma já marcado, (*im*)previsto pelo movimento da

história. Isso significa que sua mobilização produz uma decalagem entre as condições da formulação (a atualidade do gesto de interpretação) e as formas históricas de inscrição do acontecimento. A memória mantém acesa na história a relação com o possível; a espreita inquietante do esquecimento, a vigilância insólita, premente do novo.

ABSTRACT: The novels *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, by Mia Couto (2002), *Istambul*, by Orhan Pamuk (2003), and *Marcovaldo ou As estações na cidade*, by Ítalo Calvino (1963), are taken as vestiges of the works of memory in the relationship of the subject with the urban spaces. Through a discursive analysis of the way the city is told by the three characters in question, I present a reflection about the statute of memory and history in the constitution of urban textuality.

Keywords: History and memory, City, Text, Discourse Analysis

REFERÊNCIAS

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006 (1979).

CALVINO, I. *Marcovaldo ou As estações na cidade*, São Paulo: Cia. das Letras, 2007 (1963).

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

COUTO, M. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

_____. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 (2002).

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas. Ed. Unicamp, 2003.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PAMUK, O. *Istambul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 (2003).

PÊCHEUX, M. *O discurso – estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990 (1983).

PÊCHEUX, M. “Papel da memória”. In ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999 (1983).

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo/Campinas: EDUC/Pontes, 1994 (1992).

THIBAUD, J.-P. “L’horizon des ambiances urbaines”. In *Revue Communications*, Paris: EHESS, nº 73, 2002. p. 185-201.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. UnB, 1998 (1971).